



CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 4ª REGIÃO

Sede: Av. Alm. Barroso, 22 - 14ª andar, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-000
Telefone: (21)2517-8178 - www.crn4.org.br - E-mail: crn4@crn4.org.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR GRUPO

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 040419.000002/2026-59

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá a Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, os Decretos 10.024/2019 e 11.462/2023.
DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/02/2026 – 10:00 horas - HORÁRIO DE BRASÍLIA
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL
Portal Transparência CRN-4 - Menu “Licitações e Contratos – Licitações – Em Andamento”.
Pesquisa Pregão - Comprasnet
E-mail para esclarecimentos: licitacao@crn4.org.br
Telefone: (21) 2517-8178 – Setor de Compras e Licitações

O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DA 4ª REGIÃO (CRN-4), UASG 389220, por meio de seu Pregoeiro, torna público o presente Edital de licitação, o qual se realizará na modalidade Pregão - Sistema Registro de Preços, na forma eletrônica, do tipo menor preço por grupo, modo de disputa aberto/fechado, objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para fornecimento fracionado de gêneros alimentícios para consumo interno do CRN-4, de forma a atender as normas legais que regem a matéria, no Conselho Regional de Nutrição 4ª Região – CRN4, nos termos especificados no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, observando a Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, os Decretos 10.024/2019 e 11.462/2023. Este Edital está disponível no link [Pesquisa Pregão - Comprasnet](#), pelo nº **90002/2026** ou no Portal da Transparência do CRN-4, disponível no link [Portal Transparência CRN-4 - Menu “Licitações e Contratos – Licitações – Em Andamento”](#).

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é para a aquisição fracionada de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento de demandas institucionais do CRN-4 (reuniões plenárias, eventos institucionais, treinamentos e

recepção de autoridades), com entregas parceladas conforme demanda da CONTRATANTE, seguindo as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I), e nos quadros abaixo:

GRUPO 1 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS RJ				
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR MÁXIMO DO ITEM (R\$)
1	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, TIPO GOURMET OU ESPECIAL, INTENSIDADE MÉDIA, GRÃOS CAFÉ ARÁBICA, COM LAUDO DE ACREDITAÇÃO. EMBALAGEM: PRIMÁRIA EM PACOTES DE 250G, COM FECHAMENTO INDUSTRIAL ORIGINAL. A ROTULAGEM DEVE SER ESCRITA DE FORMA CLARA E LEGÍVEL. DEVEM SER APRESENTADAS AMOSTRAS DO PRODUTO OFERTADO, EM EMBALAGEM ORIGINAL, PARA ANÁLISE TÉCNICA E SENSORIAL. VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES APÓS A ENTREGA. REF.: BAGGIO, MELITTA, TRÊS CORAÇÕES, SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE.	R\$ 32,86	320	R\$ 10.515,20
2	AÇUCAR REFINADO, DE COLORAÇÃO BRANCA, ACONDICIONADO EM PACOTES DE 1 KG, COM VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES APÓS A ENTREGA. REF.: UNIÃO.	R\$ 5,89	60	R\$ 353,40
3	ADOÇANTE LÍQUIDO, FEITO A BASE DE SUCRALOSE, ACONDICIONADO EM FRASCOS DE, NO MÁXIMO, 75 ML, COM VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES APÓS A ENTREGA. REF.: LINEA, STEVIA.	R\$ 16,71	10	R\$ 167,10
4	BISCOITO SALGADO - TIPO "CREAM CRACKER". O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM QUEBRADIÇO. EMBALADO EM PACOTES DE 200G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF.: BAUDUCCO.	R\$ 6,60	50	R\$ 330,00
5	BISCOITO DOCE, SABOR CACAU E CASTANHAS. CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS; EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 170G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. CEREALE BAUDUCCO.	R\$ 9,16	30	R\$ 274,80
6	BISCOITO DE POLVILHO SALGADO, ASSADO. SABOR TRADICIONAL. CONSISTÊNCIA CROCANTE. SEM CORANTES ARTIFICIAIS. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 100G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. VALE D'OURO.	R\$ 7,90	100	R\$ 790,00
7	BISCOITO DOCE, LEITE MALTADO SABOR COCO. CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES	R\$ 5,37	30	R\$ 161,10

	ARTIFICIAIS; EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 132G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. PIRAQUÊ.			
8	BISCOITO DOCE, SABOR LEITE MALTADO. CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS; EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 132G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. PIRAQUÊ.	R\$ 5,47	50	R\$ 273,50
9	BISCOITO SALGADO - TIPO "CLUB SOCIAL ORIGINAL". BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM QUEBRADIÇO. EMBALADO EM PACOTES DE 144G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO.	R\$ 7,00	40	R\$ 280,00
10	BISCOITO ROLADINHO GOIABINHA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DO FABRICANTE. NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO, EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO DE 75G, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. REF: PIRAQUÊ.	R\$ 5,50	100	R\$ 550,00
11	CÁPSULAS DE CAFÉ NESPRESSO, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR. CÁPSULA COM 50G, NOS AROMAS: VOLLUTO, FIRENZE ARPEGGIO, RISTRETTO ITALIANO, NAPOLI, CIOCCOLATINO. CAIXA COM 10 CAPSULAS. REF: NESPRESSO.	R\$ 31,47	50	R\$ 1.573,50
12	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR HORTELÃ. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 7,89	20	R\$ 157,80
13	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR CAMOMILA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 10,67	10	R\$ 106,70
14	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR CAPIM CIDREIRA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 11,57	20	R\$ 231,40
15	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR ERVA DOCE. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 11,01	10	R\$ 110,10
16	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR HIBISCO. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO	R\$ 12,56	20	R\$ 251,20

	RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS			
17	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR FRUTAS VERMELHAS. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS	R\$ 13,14	20	R\$ 262,80
18	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR MAÇÃ COM CANELA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS.	R\$ 11,42	20	R\$ 228,40
19	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR MORANGO. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS.	R\$ 11,72	10	R\$ 117,20
20	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR MORANGO E MANGA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS.	R\$ 19,23	5	R\$ 96,15
21	TORRADA TRADICIONAL. CONSISTÊNCIA CROCANTE, EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 142G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: BAUDUCCO	R\$ 6,04	10	R\$ 60,40
22	ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO: SEM GÁS, MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO, TIPO EMBALAGEM: DESCARTÁVEL DE 1,5 LITROS.	R\$ 3,70	100	R\$ 370,00
23	ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO: SEM GÁS. EMBALAGEM: PLÁSTICO, DESCARTÁVEL DE 500ML.	R\$ 2,74	200	R\$ 548,00
24	ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO: COM GÁS. EMBALAGEM: PLÁSTICO, DESCARTÁVEL DE 500ML	R\$ 3,44	100	R\$ 344,00
25	SUCO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, SABOR: UVA, TIPO: INTEGRAL, CARACTERÍSTICAS: CONCENTRADO E SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. GARRAFA: 1,5L (CATMAT 442810). REF: SALTON INTEGRAL	R\$ 25,94	15	R\$ 389,10
26	CHOCOLATE EM PÓ - 70% CACAU. APRESENTAÇÃO: PÓ, MENOS AÇÚCAR ADICIONADO. PACOTE COM 500G. REF: SICAO, BHERING, GAROTO	R\$ 49,76	5	R\$ 248,80
27	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, COM ACIDEZ DE 0,8%: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NTA 50, INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA 01/2012 E RESOLUÇÃO CD/FNDE N° 26 DE 17/06/13. PRODUTO EXTRAÍDO DO FRUTO DA OLIVEIRA (OLEA EUROPAEA L.) UNICAMENTE POR PROCESSOS MECÂNICOS OU OUTROS MEIOS FÍSICOS, SOB CONTROLE DE TEMPERATURA ADEQUADA, MANTENDO-SE A NATUREZA ORIGINAL DO PRODUTO, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 0,8 %. CARACTERÍSTICAS: ASPECTO,	R\$ 44,13	6	R\$ 264,78

	CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES, ISENTO DE RANÇO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: FRASCO DE VIDRO COM BICO DOSADOR, PESANDO 500 ML.			
28	SAL: REFINADO; IODADO; COM NO MÍNIMO 96,95% DE CLORETO DE SÓDIO E SAIS DE IODO; ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO, RESISTENTE E VEDADO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RES. RDC N 28, DE 28/03/00), RES. RDC 130/03 E SUAS ALTERAÇÕES; EMBALAGEM DE 1 KG	R\$ 4,41	2	R\$ 8,82
29	REFRIGERANTES ORIGINAIS. DIVERSOS SABORES. 1,5L	R\$ 8,34	10	R\$ 83,40
30	REFRIGERANTES ZERO AÇÚCAR. DIVERSOS SABORES. 1,5L	R\$ 9,43	10	R\$ 94,30
31	CHÁ ZERO AÇÚCAR. DIVERSOS SABORES PET 1,5 L. REF: LIPTON, MATE LEÃO	R\$ 9,05	10	R\$ 90,50
32	LEITE LONGA VIDA - TIPO: A, TEOR DE GORDURA: INTEGRAL, PROCESSAMENTO: UHT, RECIPIENTE HERMÉTICO EM TIPO TETRA PAK COM 1 LITRO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 100 DIAS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	R\$ 6,73	10	R\$ 67,30
33	LEITE LONGA VIDA - TIPO: A, TEOR DE GORDURA: SEMIDESNATADO. PROCESSAMENTO: UHT SEMIDESNATADO, RECIPIENTE HERMÉTICO EM TIPO TETRA PAK COM 1 LITRO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 100 DIAS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	R\$ 6,90	30	R\$ 207,00
34	ÁGUA DE COCO INTEGRAL ENVASADA, COM ANTIOXIDANTE INS 224, PRONTA PARA CONSUMO, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, CORANTES, AÇÚCARES OU QUALQUER OUTRO ADITIVO. PRODUTO ESTERILIZADO OU PASTEURIZADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ASSÉPTICA DE MATERIAL ATÓXICO E INVOLÁVEL, GARRAFA PET, COM FECHAMENTO HERMÉTICO E INVOLÁVEL, COM CAPACIDADE DE 1 LITRO. DEVE APRESENTAR SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS, LÍQUIDO TRANSLÚCIDO, SEM SINAIS DE FERMENTAÇÃO, DETERIORAÇÃO OU ALTERAÇÃO SENSORIAL. EMBALAGEM COM RÓTULO CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E NÚMERO DO REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE (MAPA/ANVISA). DEVEM SER APRESENTADAS AMOSTRAS DO PRODUTO OFERTADO, EM EMBALAGEM ORIGINAL DE 1 LITRO, PARA ANÁLISE TÉCNICA E SENSORIAL. VALIDADE MÍNIMA EXIGIDA NO ATO DA ENTREGA: 90 (NOVENTA) DIAS. DEVE POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), QUANDO APLICÁVEL. REF: COCO LEGAL, CAMPO LARGO.	R\$ 12,26	20	R\$ 245,20
35	DAMASCO SECO FRUTA IN NATURA, ESPÉCIE SECO, SEM CAROÇO, COLORAÇÃO AMARELA CLARA, TEXTURA MACIA E SABOR ADOCICADO. PACOTE 200g. VALIDADE	R\$ 26,07	12	R\$ 312,84

	MÍNIMA DE 6 MESES APÓS A ENTREGA. REF: LA VIOLETERA			
36	AMEIXA SECA, PRETA, SEM CAROÇO. PACOTE 200g. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES APÓS A ENTREGA. REF: LA VIOLETERA	R\$ 12,85	5	R\$ 64,25
37	UVA PASSA, PRETA, DESIDRATADA SEM CAROÇO: PREPARADA COM SACAROSE E FRUTAS DESIDRATADAS, COM TECNOLOGIA ADEQUADA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO, ISENTA DE SUJIDADES, DETRITOS ANIMAIS, VEGETAIS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS. PACOTE 200g. VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES DA DATA DA ENTREGA. REF: LA VIOLETERA	R\$ 8,33	5	R\$ 41,65
38	BANANADA: CARACTERÍSTICAS: DOCE DE BANANA COM FRUTA NATURAL, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, POSSUI ALTO TEOR DE FIBRAS, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. EMBALAGEM DE 250G EM, COM 10 UNIDADES, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICOS ATÓXICOS E RESISTENTES, COM 25 GRAMAS CADA PORÇÃO. ROTULAGEM: DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE: MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. NO ATO DA ENTREGA DEVERÁ SER IGUAL OU SUPERIOR A 80% DO PRAZO TOTAL DA VALIDADE, CONTADO A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. REF: FRUMEL, DA COLÔNIA, TACHÃO	R\$ 26,42	50	R\$ 1.321,00
39	MIXED NUTS. OLEAGINOSAS E FRUTAS SECAS: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM RESOLUÇÃO ANVISA Nº 7 DE 18/02/2011 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. INGREDIENTES: CASTANHA DO PARÁ, CASTANHA DE CAJU, AMÊNDOA E UVA PASSA. PODERÁ CONTER OUTROS INGREDIENTES, DESDE QUE APROVADOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE E QUE DESCARACTERIZEM O PRODUTO, OS QUAIS DEVERÃO SER DECLARADOS. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. NÃO DEVERÁ CONTER GORDURA TRANS, CORANTES, AROMATIZANTES E ADOÇANTES DIETÉTICOS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADES, MATERIAIS TERROSOS, PARASITOS, LARVAS E MATÉRIAS ESTRANHAS. CARACTERÍSTICAS: ASPECTO, COR, ODOR E SABOR PRÓPRIOS. LIVRE DE MOFO E FERMENTAÇÃO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACO ATÓXICO, RESISTENTE, HERMETICAMENTE FECHADO, LACRADO, PESANDO DE 40 A 50G, COM PRAZO DE VALIDADE E LOTE INDELÉVEIS. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA, DISPLAY OU FARDO, RESISTENTE E LACRADO, DEVENDO MANTER A INTEGRIDADE FÍSICA DO PRODUTO DURANTE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO. ROTULAGEM: DEVERÁ ESTAR ROTULADO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. REF: AGTAL	R\$ 116,94	70	R\$ 8.185,80
40	AMENDOIM TORRADO SEM PELE E SEM SAL. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 14 (DECRETO 12.342/78) E RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 26 DE 17 DE JUNHO DE 2013. INGREDIENTES MÍNIMOS: AMENDOIM TORRADO, SEM PELE E SEM SAL, DEVERÁ SER ISENTO DE GORDURA TRANS, REALÇADOR DE SABOR, TEMPEROS, SUJIDADES, PARASITOS, LARVAS, FUNGOS, LEVEDURAS, DETRITOS	R\$ 24,00	10	R\$ 240,00

ANIMAIS E VEGETAIS, APRESENTAR ASPECTO, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS. EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACO ATÓXICO, RESISTENTE, HERMETICAMENTE FECHADO, LACRADO, PESANDO DE 1 kg, COM PRAZO DE VALIDADE E LOTE INDELÉVEIS. REF: NATURAL VITTA			
VALOR TOTAL DO GRUPO			R\$ 30.017,49

GRUPO 2 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ES				
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR MÁXIMO DO ITEM (R\$)
1	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, TIPO GOURMET OU ESPECIAL, INTENSIDADE MÉDIA, GRÃOS CAFÉ ARÁBICA, COM LAUDO DE ACREDITAÇÃO. EMBALAGEM: PRIMÁRIA EM PACOTES DE 250G, COM FECHAMENTO INDUSTRIAL ORIGINAL. A ROTULAGEM DEVE SER ESCRITA DE FORMA CLARA E LEGÍVEL. DEVEM SER APRESENTADAS AMOSTRAS DO PRODUTO OFERTADO, EM EMBALAGEM ORIGINAL, PARA ANÁLISE TÉCNICA E SENSORIAL. VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES APÓS A ENTREGA. REF.: BAGGIO, MELITTA, TRÊS CORAÇÕES, SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE.	R\$ 35,97	48	R\$ 1.726,56
2	AÇUCAR REFINADO, DE COLORAÇÃO BRANCA, ACONDICIONADO EM PACOTES DE 1 KG, COM VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES APÓS A ENTREGA. REF.: UNIÃO.	R\$ 6,36	24	R\$ 152,64
3	ADOÇANTE LÍQUIDO, FEITO A BASE DE SUCRALOSE, ACONDICIONADO EM FRASCOS DE, NO MÍNIMO, 75 ML, COM VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES APÓS A ENTREGA. REF.: LINEA, STEVIA.	R\$ 16,65	5	R\$ 83,25
4	BISCOITO SALGADO - TIPO "CREAM CRACKER". O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM QUEBRADIÇO. EMBALADO EM PACOTES DE 200G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF.: BAUDUCCO.	R\$ 7,48	35	R\$ 261,80
5	BISCOITO DOCE, SABOR CACAU E CASTANHAS. CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS; EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 170G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. CEREALE BAUDUCCO.	R\$ 8,53	15	R\$ 127,95

6	BISCOITO DE POLVILHO SALGADO, ASSADO. SABOR TRADICIONAL. CONSISTÊNCIA CROCANTE. SEM CORANTES ARTIFICIAIS. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 100G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. VALE D'OURO.	R\$ 7,30	25	R\$ 182,50
7	BISCOITO DOCE, LEITE MALTADO SABOR COCO. CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS; EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 132G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. PIRAQUÊ.	R\$ 5,58	15	R\$ 83,70
8	BISCOITO DOCE, SABOR LEITE MALTADO. CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS; EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 132G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. PIRAQUÊ.	R\$ 5,98	25	R\$ 149,50
9	BISCOITO SALGADO - TIPO "CLUB SOCIAL ORIGINAL". BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM QUEBRADIÇO. EMBALADO EM PACOTES DE 144G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO.	R\$ 8,05	10	R\$ 80,50
10	BISCOITO ROLADINHO GOIABINHA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DO FABRICANTE. NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO, EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO DE 75G, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. REF: PIRAQUÊ.	R\$ 6,19	25	R\$ 154,75
11	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR HORTELÃ. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 9,06	4	R\$ 36,24
12	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR CAMOMILA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 11,36	4	R\$ 45,44

13	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR CAPIM CIDREIRA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 11,46	4	R\$ 45,84
14	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR ERVA DOCE. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 11,51	4	R\$ 46,04
15	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR HIBISCO. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS	R\$ 15,93	4	R\$ 63,72
16	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR FRUTAS VERMELHAS. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS	R\$ 14,62	4	R\$ 58,48
17	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR MAÇÃ COM CANELA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS.	R\$ 13,96	4	R\$ 55,84
18	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR MORANGO. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS.	R\$ 17,55	4	R\$ 70,20
19	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR MORANGO E MANGA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS.	R\$ 20,51	4	R\$ 82,04
20	TORRADA TRADICIONAL. CONSISTÊNCIA CROCANTE, EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 142G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: BAUDUCCO	R\$ 6,69	5	R\$ 33,45
21	ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO: SEM GÁS, MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO, TIPO EMBALAGEM: DESCARTÁVEL DE 1,5 LITROS. REF: MINALBA OU SIMILAR.	R\$ 5,01	100	R\$ 501,00
22	ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO: SEM GÁS. EMBALAGEM: PLÁSTICO, TIPO DE	R\$ 4,66	100	R\$ 466,00

	EMBALAGEM: DESCARTÁVEL DE 500ML. REF: MINALBA OU SIMILAR.			
23	ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO: COM GÁS. EMBALAGEM: PLÁSTICO, TIPO DE EMBALAGEM: DESCARTÁVEL DE 500ML. REF: MINALBA OU SIMILAR.	R\$ 4,14	50	R\$ 207,00
24	SUCO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, SABOR: UVA, TIPO: INTEGRAL, CARACTERÍSTICAS: CONCENTRADO E SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. GARRAFA: 1,5L (CATMAT 442810). REF: SALTON INTEGRAL	R\$ 31,55	10	R\$ 315,50
25	CHOCOLATE EM PÓ - 70% CACAU. APRESENTAÇÃO: PÓ, MENOS AÇÚCAR ADICIONADO. PACOTE COM 500G. REF: SICA O, BHERING, GAROTO	R\$ 42,79	2	R\$ 85,58
26	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, COM ACIDEZ DE 0,8%: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NTA 50, INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA 01/2012 E RESOLUÇÃO CD/FNDE N° 26 DE 17/06/13. PRODUTO EXTRAÍDO DO FRUTO DA OLIVEIRA (OLEA EUROPAEA L.) UNICAMENTE POR PROCESSOS MECÂNICOS OU OUTROS MEIOS FÍSICOS, SOB CONTROLE DE TEMPERATURA ADEQUADA, MANTENDO-SE A NATUREZA ORIGINAL DO PRODUTO, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 0,8 %. CARACTERÍSTICAS: ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES, ISENTO DE RANÇO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: FRASCO DE VIDRO COM BICO DOSADOR, PESANDO 500 ML.	R\$ 47,21	2	R\$ 94,42
27	SAL: REFINADO; IODADO; COM NO MÍNIMO 96,95% DE CLORETO DE SÓDIO E SAIS DE IODO; ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO, RESISTENTE E VEDADO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RES. RDC N 28, DE 28/03/00), RES. RDC 130/03 E SUAS ALTERAÇÕES; EMBALAGEM DE 1 KG	R\$ 4,83	2	R\$ 9,66
28	REFRIGERANTES ORIGINAIS. DIVERSOS SABORES. 1,5L	R\$ 9,57	10	R\$ 95,70
29	REFRIGERANTES ZERO AÇÚCAR. DIVERSOS SABORES. 1,5L	R\$ 8,91	10	R\$ 89,10
30	CHÁ ZERO AÇÚCAR. DIVERSOS SABORES PET 1,5 L. REF: LIPTON, MATE LEÃO	R\$ 9,24	10	R\$ 92,40
31	LEITE LONGA VIDA - TIPO: A, TEOR DE GORDURA: INTEGRAL, PROCESSAMENTO: UHT, RECIPIENTE HERMÉTICO EM TIPO TETRA PAK COM 1 LITRO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 100 DIAS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	R\$ 6,96	3	R\$ 20,88

32	LEITE LONGA VIDA - TIPO: A, TEOR DE GORDURA: SEMIDESNATADO. PROCESSAMENTO: UHT SEMIDESNATADO, RECIPIENTE HERMÉTICO EM TIPO TETRA PAK COM 1 LITRO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 100 DIAS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	R\$ 7,44	10	R\$ 74,40
33	ÁGUA DE COCO NATURAL, PRONTA PARA CONSUMO, ENVASADA, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, CORANTES, AÇÚCARES OU QUALQUER OUTRO ADITIVO. PRODUTO ESTERILIZADO OU PASTEURIZADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ASSÉPTICA DE MATERIAL ATÓXICO E INVOLÁVEL, COM CAPACIDADE DE 500ML. DEVE APRESENTAR SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS, SEM SINAIS DE FERMENTAÇÃO, DETERIORAÇÃO OU ALTERAÇÃO SENSORIAL. EMBALAGEM COM RÓTULO CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E NÚMERO DO REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE (MAPA/ANVISA). VALIDADE MÍNIMA EXIGIDA NO ATO DA ENTREGA: 90 (NOVENTA) DIAS. DEVE POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), QUANDO APLICÁVEL.REF: COCO LEGAL, CAMPO LARGO.	R\$ 13,04	10	R\$ 130,40
VALOR TOTAL DO GRUPO				R\$ 5.722,48

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. É vedada a apresentação de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital, devendo a licitante obrigar-se nos limites deste.

1.4. É vedada a participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado.

1.5. É vedada a contratação, no mesmo órgão ou na mesma entidade, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, ressalvado o disposto no art. 49 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação que se seguir à licitação de que trata o Anexo I, correrão à conta da dotação orçamentária do CRN-4 para o exercício de 2026, sob a Rubrica nº 6.2.2.1.1.01.04.03.001.015 – Gêneros de Alimentação.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste edital e em seus anexos.

3.2. Empresas que estejam legalmente estabelecidas no País e devidamente credenciadas junto ao SICAF.

3.2.1. As empresas não cadastradas no SICAF, e que tiverem interesse em participar do presente Pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública.

3.3. A licitante deverá ter pleno conhecimento dos requisitos, termos e condições do Edital, em especial do Termo de Referência.

3.4. Não poderão concorrer neste Pregão:

3.4.1. Empresa suspensa de participar de licitação e impedido de contratar com o CRN-4, durante o prazo da sanção aplicada;

3.4.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.3. Empresas que se encontrem em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

3.4.4. Empresa impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

3.4.5. Constituída sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.4.6. Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;

3.4.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.4.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente

em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme artigo 14, inciso IV da Lei 14.133/2021;

3.4.9. Cujo objetivo social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.4.10. O autor do anteprojeto, projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

3.4.11. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.4.12. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente para o e-mail licitacao@crn4.org.br, até as 17:00 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

4.1.1. Solicitações encaminhadas após esse horário serão computadas no dia útil posterior.

4.2. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do

pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.4. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 55 da Lei 14.133/21, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

4.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no Portal de Compras do Governo Federal, bem como no Portal Transparência desta Autarquia, dentro do prazo estabelecido no item 4.2, e vincularão os participantes e o CRN-4.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Essa licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo federal disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

5.2. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, credenciar-se previamente no Sicaf (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>), a fim de obter chave de identificação e senha de acesso, pessoais e intransferíveis.

5.2.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.2.2. O procedimento, regras e critérios, para o cadastramento acima citado, serão os estipulados pelo Portal de Compras do Governo Federal, os quais poderão ser consultados também por meio do endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

5.2.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRN-4 responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.

5.2.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico, implica na responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.2.5. O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, podendo retirá-la ou substituí-la até a abertura da sessão.

6.2. Para iniciar o cadastramento das propostas, é necessário o aceite do termo “Termo de Aceitação. Declaro que cumpro e estou ciente de todas as declarações contidas no termo de aceitação.” e a seleção da declaração de ME/EPP, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133/21.

6.2.1. Ao aceitar o referido Termo, será necessário confirmar as seguintes declarações, selecionando apenas aquelas que o licitante realmente cumpre e está ciente delas:

a) Condições de participação:

a.1) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

a.2) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

b) Declarações para fins de habilitação:

b.1) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

b.2) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

b.3) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

b.4) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b.5) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

c.1) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

c.2) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

6.2.1.1. A não inclusão das declarações acima listadas acarretará a inabilitação do licitante.

6.2.2. As empresas que optarem pelos benefícios da LC 123/06 deverão indicar, em campo próprio do sistema, que não ultrapassaram o limite de faturamento e cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido

estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, caso ele seja aplicado nessa contratação, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3. A falsidade das declarações acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

6.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.3.1. Quantidade ofertada;

6.3.2. Valor unitário;

6.3.3. Marca/Fabricante; (quando se tratar de aquisição de produtos)

6.3.4. Modelo/Versão. (quando se tratar de aquisição de produtos)

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.6. A licitante responsabiliza-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do CRN-4 por eventuais danos

decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.8. Após o início da sessão, não haverá possibilidade de exclusão/alteração das propostas, as quais serão analisadas conforme definido no Edital e seus Anexos.

6.8.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa em desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

6.8.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.8.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.9. Não será levada em consideração proposta que contenha vantagem não prevista neste Edital, inclusive aquela caracterizada por valor baseado nas ofertas dos demais licitantes.

6.10. O envio da proposta implica a plena aceitação, por parte da proponente, às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.11. Todas as referências de tempo constantes neste Edital, bem como os enunciados na Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6.12. É facultado à Administração, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A partir do horário previsto neste edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

7.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

7.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas

pelo agente de contratação ou de sua desconexão;

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado neste edital, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de

percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.3.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.3.1.1. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.1.2. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.1.2.1. A inexecutabilidade, nesse caso, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.4. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.4.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

8.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6. Para este certame, será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO/FECHADO.

8.6.1. No modo de disputa aberto e fechado, conforme designado pela Instrução Normativa SEGES nº 79/2024.

8.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor do grupo para o qual concorre.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de 1% (um por cento).

8.9. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados da seguinte forma:

I - ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

II - ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.11. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se não houver licitante que atenda à primeira

hipótese.

8.12. Não sendo possível realizar o desempate pelo critério acima, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei 14.133/2021.

8.12.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate acima.

8.12.2. Persistindo o empate, será realizado sorteio, preferencialmente de forma presencial, entre os licitantes convocados, para determinação da ordem de classificação de propostas.

8.13. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.13.1. Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no próprio Portal de Compras do Governo Federal.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

9.1. Considerando os valores dos grupos, esta licitação será exclusiva para ME/EPP.

9.2. Para comprovação da condição prevista na LC 123/2006, o licitante deverá apresentar, junto aos documentos de habilitação, relação de contratos ativos, que comprove a condição exclusiva.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, sendo avaliada a exequibilidade da proposta, conforme item 8. deste edital.

10.2. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar terá o prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado (conforme Anexo II – Modelo de

Proposta de Preços), em arquivo único, no sistema, e, se necessário e solicitado, dos documentos complementares.

10.3.1. A proposta deverá conter, entre outros elementos indispensáveis:

a) Descrição detalhada do objeto ofertado, com a inclusão de todas as informações necessárias para a compreensão do mesmo;

b) Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação;

b.1) Caso a proposta omita o prazo de validade, este será entendido como sendo o de 60 (sessenta) dias;

c) Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou fornecimento dos bens.

c.1) Não será permitido acréscimos ou supressões, ressalvado o previsto em Lei, mediante anuência da Administração.

c.2) No caso de divergência entre valores expressos em algarismos e valores apresentados por extenso, ou quando notadamente ocorrerem enganos quando da transcrição de valores para planilhas anexadas ou ocorrerem equívocos quanto aos cálculos apresentados, prevalecerá sempre o valor por extenso.

d) Demais informações devem seguir o Anexo II – Modelo de Proposta de Preços.

10.3.2. A prorrogação do prazo para envio da proposta ajustada poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

II - de ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

10.4. Na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.4.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.4.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de

classificação estabelecida no item 8.9 deste edital, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 60 da Lei 14.133/2021.

10.5. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

10.6. Observado o prazo de que trata o item 10.2 deste edital, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

10.7. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas

(BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

10.8. Desde que previsto em edital, caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.

10.9. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

10.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento mencionado acima, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.10. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, verificará a documentação de habilitação do licitante.

10.11. O valor máximo para esta contratação e que será utilizado como critério de seleção será de R\$ 35.739,97 (trinta e cinco mil setecentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), assim distribuídos:

a) R\$ 30.017,49 (trinta mil e dezessete reais e quarenta e nove centavos), para o grupo 1.

b) R\$ 5.722,48 (cinco mil setecentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos), para o grupo 2.

10.11.1. Na formulação de suas propostas, deverá o licitante considerar os valores máximo por grupos e por cada o item que os compõe.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação será verificada por meio das seguintes consultas:

11.1.1. SICAF;

11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

11.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

11.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

11.1.5. Para a consulta de licitantes pessoas jurídicas, poderá haver a substituição das consultas dos itens 11.1.2. a 11.1.4. deste edital, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, por

força da vedação prevista no art. 12 da Lei nº 8.429/92.

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29).

11.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.1.2. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.2.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

11.2.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das licitantes será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, conforme o disposto no art. 36 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

11.3.1. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.3.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo agente de contratação, ou comissão de contratação quando o substituir, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.8. Independente das consultas previamente realizadas, as licitantes deverão encaminhar, nos termos deste

instrumento, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

I - Habilitação jurídica:

- a) Cédula de identidade e CPF dos representantes legais;
- b) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para os casos em que couber;
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ata de eleição de diretoria em exercício;

II - Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - a.1) A prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) em detrimento à prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) só se aplica quando a licitação permitir a participação de licitantes Pessoas Físicas.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - c1.) Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos municipais ou estaduais, relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal/Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- d) Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e ao Ato CGJT nº 1, de 21 de janeiro de 2022;
- f) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo IV.
- g) Declaração de que atende as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Anexo VI.
 - g.1) Deverá ser apresentada junto a declaração, certidão emitida pelo MTE, conforme Portaria 547/2025.
- h) Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo VIII.

III - Qualificação técnica:

- a) Atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de objeto similar ao deste documento.
- b) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- c) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas.

IV - Qualificação econômico-financeira:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
 - a.1) É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.
 - a.2) Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste certame, o Balanço Patrimonial e a DRE poderão ser atualizados por índices oficiais.
 - a.3) Os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - a.4) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - a.5) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e as demais demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

11.9. A documentação de habilitação poderá ser:

- I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
- II - substituída por registro cadastral emitido pelo Governo Federal – Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

11.10. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

11.11. Os documentos de habilitação solicitados serão exigidos independente do regime tributário do

licitante, assim como dos licitantes Microempreendedores Individuais.

11.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.13.1. A verificação pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.13.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento mencionado acima, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.14. Os documentos de habilitação deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços atualizada, em prazo e condições idênticas ao estipulado para o referido item.

11.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de saneamento de erros ou falhas, se houver.

11.17. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, poderão ser encaminhados ao Setor de Compras e Licitações do Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região, situado na Avenida Rio Branco nº 173, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20040-007, em até 3 (três) dias úteis após declarado o vencedor do certame.

11.8. A licitante que abandona o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12. DO RECURSO

12.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata e

motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.1.1. O agente de contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

12.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.4. Os prazos mencionados acima serão calculados automaticamente pelo sistema, quando do aceite da intenção de recursos.

12.5. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

12.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

13.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização

fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123, de 2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO OBJETO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que, constatando a regularidade dos atos procedimentais, adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará a licitação.

15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Nas contratações via Sistema de Registro de Preços (SRP), após a homologação da licitação ou da contratação direta, os licitantes remanescentes serão convocados para se manifestarem, dentro de até 5 (cinco) dias úteis, para formação de cadastro de reserva, sendo incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos:

15.1.1. Licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação.

15.1.2. Licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

15.2. O cadastro de reserva será utilizado nos casos de cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preço, ou quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital.

15.2.1. O cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, obedecerá ao disposto nos artigos 28 e 29 do Decreto nº 11.462/2023.

15.3. Para fins de classificação, os licitantes que aceitarem o disposto no item 15.1.1. antecederão aqueles que se encontram nas condições previstas no item 15.1.2.

15.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata.

16. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, em até 05 (cinco) dias úteis, após a

convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

16.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo CRN-4.

16.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

16.2.1. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação, o CRN-4, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta (se houver) em favor do CRN-4.

16.3.1. Essa regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I mencionado acima.

16.4. Previamente à contratação, o CRN-4 realizará consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar, no âmbito do CRN-4, no âmbito da Administração Pública, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no Sicaf, a licitante deverá regularizar a sua situação perante o cadastro, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos.

16.4.2. Também, antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

(Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e as juntará ao respectivo processo.

16.5. A ata ou o contrato será emitido e assinado através de sistema eletrônico utilizado pelo CRN-4.

16.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pela contratada durante toda a vigência contratual.

16.7. O prazo de vigência da Ata e do Contrato será de 12 meses, prorrogável, conforme previsto no Decreto 11.462/2023 e no Artigo nº 107 da Lei 14.133/21.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

18. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. As obrigações da Contratante estão previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratada estão previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado conforme condições previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

22. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

22.1. O LICITANTE ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações abaixo

relacionadas:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Conforme previsão do art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste documento as sanções abaixo relacionadas, ressaltando que a aplicação destas serão precedidas do devido processo legal, garantidos a ampla defesa e o contraditório:

I - Advertência;

II - Multas;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.3. A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no

inciso I do item 22.1. deste documento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.4. A sanção prevista no inciso II será calculada conforme a seguinte gradação:

22.4.1. 5%, do valor da fatura, para atrasos até 03 (três dias);

22.4.2. 10%, do valor da fatura, para atrasos entre 4 e 7 dias úteis;

22.4.3. 15%, do valor da fatura, para atrasos entre 8 e 12 dias úteis;

22.4.4. 20%, do valor da fatura, para atrasos entre 13 e 15 dias úteis;

22.4.5. 25%, do valor da fatura, para atrasos entre 16 e 21 dias úteis;

22.4.6. 30%, do valor da fatura, para atrasos superiores a 21 dias úteis;

22.5. A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com o CRN-4, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.6. A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 22.2.3. deste documento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.7. A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

22.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

22.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

22.10. A aplicação das sanções previstas no item 22.2. deste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais empregados estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze)

dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.13. Nos casos em que não houver disponibilidade de empregados públicos em número suficiente para a formação da Comissão, esta poderá ser formada por empregados comissionados.

22.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

22.15. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

22.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

22.16.1. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização;

22.16.2. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

22.16.3. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

22.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

22.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

22.19. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de

Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

22.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

22.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

22.22. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

22.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

22.24. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.25. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão das circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente DA CONTRATANTE, e desde que formuladas até a data do vencimento estipulada para o cumprimento da obrigação.

22.26. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da

responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.27. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

22.28. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao CRN-4, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.29. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Da sessão pública do certame divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

23.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

23.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado,

registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal Transparência do CRN-4 - Menu “Licitações e Contratos –

Licitações – Em Andamento”, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.14. Ao contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos em Lei.

23.15. As condições estabelecidas no presente Edital são consideradas básicas e indispensáveis para o fornecimento do objeto licitado.

23.16. A apresentação da proposta importará, por si só, na aceitação pelo proponente das condições deste Edital.

23.17. Os demais casos omissos assim como dúvidas surgidas serão resolvidos pela Comissão de Licitação com observância das da Lei nº 14.133/2021.

23.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Minuta do Contrato;

Anexo IV - Modelo de Declaração relativa ao trabalho de menores;

Anexo V - Modelo de Declaração de conhecimento das informações.

Anexo VI - Modelo de Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social;

Anexo VII - Modelo de Declaração de que cumpre as exigências de habilitação;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de que cumpre o art. 63, § 1º da lei 14.133/2021;

Anexo IX – Minuta da Ata de Registro de Preços.

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

Termo nº 4/2026/CRN4-ASSDIR

Processo nº 04048.000077/2025-51

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência foi precedido de Estudo Técnico Preliminar e atende plenamente aos ditames da Lei 14.133/2021 e outras leis vigentes e pertinentes ao objeto a ser contratado.

2. REQUISITANTE

2.1. Órgão Interessado: Conselho Regional de Nutrição - 4ª Região – CRN-4

2.2. Área Interessada: Diretoria

2.3. Endereços:

2.3.1. Avenida Almirante Barroso, 22/13º e 14º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20031-000

2.3.2. Avenida Fernando Ferrari, nº 1080 - sala 401 - Mata da Praia - Vitória/ES - CEP: 29066-380

3. OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é para a aquisição fracionada de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento de demandas institucionais do CRN-4 (reuniões plenárias, eventos institucionais, treinamentos e recepção de autoridades), com entregas parceladas conforme demanda da CONTRATANTE.

3.2. Quantitativo: Conforme estimativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

3.3. Os itens pertencentes ao **GRUPO 1** deverão ser entregues nas sedes situadas na Av. Almirante Barroso nº 22, 13º e 14º andar - Centro – RJ, CEP: 20031-000 e o **GRUPO 2** na Avenida Fernando Ferrari, nº 1080 - sala 401 - Mata da Praia - Vitória/ES - CEP: 29066-380.

3.4. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por grupo, observadas as exigências contidas no Edital e neste Termo de Referência, quanto às especificações do objeto.

3.5. Prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3.6. Prorrogação: Poderá haver prorrogação, conforme art. 107 da Lei 14.133/2021, desde que devidamente justificada.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. Os itens que compõe este objeto estão agrupados com base na localização de entrega, conforme abaixo definidos:

GRUPO 1 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS RJ				
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR MÁXIMO DO ITEM (R\$)
1	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, TIPO GOURMET OU ESPECIAL, INTENSIDADE MÉDIA, GRÃOS CAFÉ ARÁBICA, COM LAUDO DE ACREDITAÇÃO. EMBALAGEM: PRIMÁRIA EM PACOTES DE 250G, COM FECHAMENTO INDUSTRIAL ORIGINAL. A ROTULAGEM DEVE SER ESCRITA DE FORMA CLARA E LEGÍVEL. DEVEM SER APRESENTADAS AMOSTRAS DO PRODUTO OFERTADO, EM EMBALAGEM ORIGINAL, PARA ANÁLISE TÉCNICA E SENSORIAL. VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES APÓS A ENTREGA. REF.: BAGGIO, MELITTA, TRÊS CORAÇÕES, SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE.	R\$ 32,86	320	R\$ 10.515,20
2	AÇUCAR REFINADO, DE COLORAÇÃO BRANCA, ACONDICIONADO EM PACOTES DE 1 KG, COM VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES APÓS A ENTREGA. REF.: UNIÃO.	R\$ 5,89	60	R\$ 353,40
3	ADOÇANTE LÍQUIDO, FEITO A BASE DE SUCRALOSE, ACONDICIONADO EM FRASCOS DE, NO MÁXIMO, 75 ML, COM VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES APÓS A ENTREGA. REF.: LINEA, STEVIA.	R\$ 16,71	10	R\$ 167,10
4	BISCOITO SALGADO - TIPO "CREAM CRACKER". O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, EM PERFEITO	R\$ 6,60	50	R\$ 330,00

	ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM QUEBRADIÇO. EMBALADO EM PACOTES DE 200G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF.: BAUDUCCO.			
5	BISCOITO DOCE, SABOR CACAU E CASTANHAS. CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS; EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 170G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. CEREALE BAUDUCCO.	R\$ 9,16	30	R\$ 274,80
6	BISCOITO DE POLVILHO SALGADO, ASSADO. SABOR TRADICIONAL. CONSISTÊNCIA CROCANTE. SEM CORANTES ARTIFICIAIS. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 100G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. VALE D'OURO.	R\$ 7,90	100	R\$ 790,00
7	BISCOITO DOCE, LEITE MALTADO SABOR COCO. CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS; EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 132G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. PIRAQUÊ.	R\$ 5,37	30	R\$ 161,10
8	BISCOITO DOCE, SABOR LEITE MALTADO. CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS; EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 132G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. PIRAQUÊ.	R\$ 5,47	50	R\$ 273,50
9	BISCOITO SALGADO - TIPO "CLUB SOCIAL ORIGINAL". BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM QUEBRADIÇO. EMBALADO EM PACOTES DE 144G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO.	R\$ 7,00	40	R\$ 280,00
10	BISCOITO ROLADINHO GOIABINHA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DO FABRICANTE. NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO, EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO DE 75G, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. REF: PIRAQUÊ.	R\$ 5,50	100	R\$ 550,00

11	CÁPSULAS DE CAFÉ NESPRESSO, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR. CÁPSULA COM 50G, NOS AROMAS: VOLLUTO, FIRENZE ARPEGGIO, RISTRETTO ITALIANO, NAPOLI, CIOCCOLATINO. CAIXA COM 10 CAPSULAS. REF: NESPRESSO.	R\$ 31,47	50	R\$ 1.573,50
12	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR HORTELÃ. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 7,89	20	R\$ 157,80
13	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR CAMOMILA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 10,67	10	R\$ 106,70
14	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR CAPIM CIDREIRA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 11,57	20	R\$ 231,40
15	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR ERVA DOCE. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 11,01	10	R\$ 110,10
16	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR HIBISCO. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS	R\$ 12,56	20	R\$ 251,20
17	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR FRUTAS VERMELHAS. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS	R\$ 13,14	20	R\$ 262,80
18	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR MAÇÃ COM CANELA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS.	R\$ 11,42	20	R\$ 228,40
19	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR MORANGO. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS.	R\$ 11,72	10	R\$ 117,20
20	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR MORANGO E MANGA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS.	R\$ 19,23	5	R\$ 96,15

21	TORRADA TRADICIONAL. CONSISTÊNCIA CROCANTE, EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 142G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: BAUDUCCO	R\$ 6,04	10	R\$ 60,40
22	ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO: SEM GÁS, MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO, TIPO EMBALAGEM: DESCARTÁVEL DE 1,5 LITROS.	R\$ 3,70	100	R\$ 370,00
23	ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO: SEM GÁS. EMBALAGEM: PLÁSTICO, DESCARTÁVEL DE 500ML.	R\$ 2,74	200	R\$ 548,00
24	ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO: COM GÁS. EMBALAGEM: PLÁSTICO, DESCARTÁVEL DE 500ML	R\$ 3,44	100	R\$ 344,00
25	SUCO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, SABOR: UVA, TIPO: INTEGRAL, CARACTERÍSTICAS: CONCENTRADO E SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. GARRAFA: 1,5L (CATMAT 442810). REF: SALTON INTEGRAL	R\$ 25,94	15	R\$ 389,10
26	CHOCOLATE EM PÓ - 70% CACAU. APRESENTAÇÃO: PÓ, MENOS AÇÚCAR ADICIONADO. PACOTE COM 500G. REF: SICAO, BHERING, GAROTO	R\$ 49,76	5	R\$ 248,80
27	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, COM ACIDEZ DE 0,8%: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NTA 50, INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA 01/2012 E RESOLUÇÃO CD/FNDE N° 26 DE 17/06/13. PRODUTO EXTRAÍDO DO FRUTO DA OLIVEIRA (OLEA EUROPAEA L.) UNICAMENTE POR PROCESSOS MECÂNICOS OU OUTROS MEIOS FÍSICOS, SOB CONTROLE DE TEMPERATURA ADEQUADA, MANTENDO-SE A NATUREZA ORIGINAL DO PRODUTO, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 0,8 %. CARACTERÍSTICAS: ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES, ISENTO DE RANÇO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: FRASCO DE VIDRO COM BICO DOSADOR, PESANDO 500 ML.	R\$ 44,13	6	R\$ 264,78
28	SAL: REFINADO; IODADO; COM NO MÍNIMO 96,95% DE CLORETO DE SÓDIO E SAIS DE IODO; ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO, RESISTENTE E VEDADO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RES. RDC N 28, DE 28/03/00), RES. RDC 130/03 E SUAS ALTERAÇÕES; EMBALAGEM DE 1 KG	R\$ 4,41	2	R\$ 8,82
29	REFRIGERANTES ORIGINAIS. DIVERSOS SABORES. 1,5L	R\$ 8,34	10	R\$ 83,40
30	REFRIGERANTES ZERO AÇÚCAR. DIVERSOS SABORES. 1,5L	R\$ 9,43	10	R\$ 94,30
31	CHÁ ZERO AÇÚCAR. DIVERSOS SABORES PET 1,5 L. REF: LIPTON, MATE LEÃO	R\$ 9,05	10	R\$ 90,50

32	LEITE LONGA VIDA - TIPO: A, TEOR DE GORDURA: INTEGRAL, PROCESSAMENTO: UHT, RECIPIENTE HERMÉTICO EM TIPO TETRA PAK COM 1 LITRO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 100 DIAS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	R\$ 6,73	10	R\$ 67,30
33	LEITE LONGA VIDA - TIPO: A, TEOR DE GORDURA: SEMIDESNATADO. PROCESSAMENTO: UHT SEMIDESNATADO, RECIPIENTE HERMÉTICO EM TIPO TETRA PAK COM 1 LITRO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 100 DIAS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	R\$ 6,90	30	R\$ 207,00
34	ÁGUA DE COCO INTEGRAL ENVASADA, COM ANTIOXIDANTE INS 224, PRONTA PARA CONSUMO, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, CORANTES, AÇÚCARES OU QUALQUER OUTRO ADITIVO. PRODUTO ESTERILIZADO OU PASTEURIZADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ASSÉPTICA DE MATERIAL ATÓXICO E INVIOLÁVEL, GARRAFA PET, COM FECHAMENTO HERMÉTICO E INVIOLÁVEL, COM CAPACIDADE DE 1 LITRO. DEVE APRESENTAR SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS, LÍQUIDO TRANSLÚCIDO, SEM SINAIS DE FERMENTAÇÃO, DETERIORAÇÃO OU ALTERAÇÃO SENSORIAL. EMBALAGEM COM RÓTULO CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E NÚMERO DO REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE (MAPA/ANVISA). DEVEM SER APRESENTADAS AMOSTRAS DO PRODUTO OFERTADO, EM EMBALAGEM ORIGINAL DE 1 LITRO, PARA ANÁLISE TÉCNICA E SENSORIAL. VALIDADE MÍNIMA EXIGIDA NO ATO DA ENTREGA: 90 (NOVENTA) DIAS. DEVE POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), QUANDO APLICÁVEL. REF: COCO LEGAL, CAMPO LARGO.	R\$ 12,26	20	R\$ 245,20
35	DAMASCO SECO FRUTA IN NATURA, ESPÉCIE SECO, SEM CAROÇO, COLORAÇÃO AMARELA CLARA, TEXTURA MACIA E SABOR ADOCICADO. PACOTE 200g. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES APÓS A ENTREGA. REF: LA VIOLETERA	R\$ 26,07	12	R\$ 312,84
36	AMEIXA SECA, PRETA, SEM CAROÇO. PACOTE 200g. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES APÓS A ENTREGA. REF: LA VIOLETERA	R\$ 12,85	5	R\$ 64,25
37	UVA PASSA, PRETA, DESIDRATADA SEM CAROÇO: PREPARADA COM SACAROSE E FRUTAS DESIDRATADAS, COM TECNOLOGIA ADEQUADA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO, ISENTA DE SUJIDADES, DETRITOS ANIMAIS, VEGETAIS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS. PACOTE 200g. VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES DA DATA DA ENTREGA. REF: LA VIOLETERA	R\$ 8,33	5	R\$ 41,65

38	<p>BANANADA: CARACTERÍSTICAS: DOCE DE BANANA COM FRUTA NATURAL, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, POSSUI ALTO TEOR DE FIBRAS, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. EMBALAGEM DE 250G EM, COM 10 UNIDADES, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICOS ATÓXICOS E RESISTENTES, COM 25 GRAMAS CADA PORÇÃO. ROTULAGEM: DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE: MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. NO ATO DA ENTREGA DEVERÁ SER IGUAL OU SUPERIOR A 80% DO PRAZO TOTAL DA VALIDADE, CONTADO A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. REF: FRUMEL, DA COLÔNIA, TACHÃO</p>	R\$ 26,42	50	R\$ 1.321,00
39	<p>MIXED NUTS. OLEAGINOSAS E FRUTAS SECAS: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM RESOLUÇÃO ANVISA Nº 7 DE 18/02/2011 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. INGREDIENTES: CASTANHA DO PARÁ, CASTANHA DE CAJU, AMÊNDOA E UVA PASSA. PODERÁ CONTER OUTROS INGREDIENTES, DESDE QUE APROVADOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE E QUE DESCARACTERIZEM O PRODUTO, OS QUAIS DEVERÃO SER DECLARADOS. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. NÃO DEVERÁ CONTER GORDURA TRANS, CORANTES, AROMATIZANTES E ADOÇANTES DIETÉTICOS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADES, MATERIAIS TERROSOS, PARASITOS, LARVAS E MATÉRIAS ESTRANHAS. CARACTERÍSTICAS: ASPECTO, COR, ODOR E SABOR PRÓPRIOS. LIVRE DE MOFO E FERMENTAÇÃO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACO ATÓXICO, RESISTENTE, HERMETICAMENTE FECHADO, LACRADO, PESANDO DE 40 A 50G, COM PRAZO DE VALIDADE E LOTE INDELÉVEIS. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA, DISPLAY OU FARDO, RESISTENTE E LACRADO, DEVENDO MANTER A INTEGRIDADE FÍSICA DO PRODUTO DURANTE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO. ROTULAGEM: DEVERÁ ESTAR ROTULADO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. REF: AGTAL</p>	R\$ 116,94	70	R\$ 8.185,80

40	AMENDOIM TORRADO SEM PELE E SEM SAL. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 14 (DECRETO 12.342/78) E RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 26 DE 17 DE JUNHO DE 2013. INGREDIENTES MÍNIMOS: AMENDOIM TORRADO, SEM PELE E SEM SAL, DEVERÁ SER ISENTO DE GORDURA TRANS, REALÇADOR DE SABOR, TEMPEROS, SUJIDADES, PARASITOS, LARVAS, FUNGOS, LEVEDURAS, DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS, APRESENTAR ASPECTO, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS. EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACO ATÓXICO, RESISTENTE, HERMETICAMENTE FECHADO, LACRADO, PESANDO DE 1 kg, COM PRAZO DE VALIDADE E LOTE INDELÉVEIS. REF: NATURAL VITTA	R\$ 24,00	10	R\$ 240,00
VALOR TOTAL DO GRUPO				R\$ 30.017,49

GRUPO 2 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ES				
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR MÁXIMO DO ITEM (R\$)
1	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, TIPO GOURMET OU ESPECIAL, INTENSIDADE MÉDIA, GRÃOS CAFÉ ARÁBICA, COM LAUDO DE ACREDITAÇÃO. EMBALAGEM: PRIMÁRIA EM PACOTES DE 250G, COM FECHAMENTO INDUSTRIAL ORIGINAL. A ROTULAGEM DEVE SER ESCRITA DE FORMA CLARA E LEGÍVEL. DEVEM SER APRESENTADAS AMOSTRAS DO PRODUTO OFERTADO, EM EMBALAGEM ORIGINAL, PARA ANÁLISE TÉCNICA E SENSORIAL. VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES APÓS A ENTREGA. REF.: BAGGIO, MELITTA, TRÊS CORAÇÕES, SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE.	R\$ 35,97	48	R\$ 1.726,56
2	AÇUCAR REFINADO, DE COLORAÇÃO BRANCA, ACONDICIONADO EM PACOTES DE 1 KG, COM VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES APÓS A ENTREGA. REF.: UNIÃO.	R\$ 6,36	24	R\$ 152,64
3	ADOÇANTE LÍQUIDO, FEITO A BASE DE SUCRALOSE, ACONDICIONADO EM FRASCOS DE, NO MÍNIMO, 75 ML, COM VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES APÓS A ENTREGA. REF.: LINEA, STEVIA.	R\$ 16,65	5	R\$ 83,25
4	BISCOITO SALGADO - TIPO "CREAM CRACKER". O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM APRESENTAR EXCESSO	R\$ 7,48	35	R\$ 261,80

	DE DUREZA E NEM QUEBRADIÇO. EMBALADO EM PACOTES DE 200G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF.: BAUDUCCO.			
5	BISCOITO DOCE, SABOR CACAU E CASTANHAS. CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS; EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 170G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. CEREALE BAUDUCCO.	R\$ 8,53	15	R\$ 127,95
6	BISCOITO DE POLVILHO SALGADO, ASSADO. SABOR TRADICIONAL. CONSISTÊNCIA CROCANTE. SEM CORANTES ARTIFICIAIS. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 100G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. VALE D'OURO.	R\$ 7,30	25	R\$ 182,50
7	BISCOITO DOCE, LEITE MALTADO SABOR COCO. CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS; EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 132G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. PIRAQUÊ.	R\$ 5,58	15	R\$ 83,70
8	BISCOITO DOCE, SABOR LEITE MALTADO. CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS; EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 132G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF. PIRAQUÊ.	R\$ 5,98	25	R\$ 149,50
9	BISCOITO SALGADO - TIPO "CLUB SOCIAL ORIGINAL". BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM QUEBRADIÇO. EMBALADO EM PACOTES DE 144G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO.	R\$ 8,05	10	R\$ 80,50
10	BISCOITO ROLADINHO GOIABINHA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DO FABRICANTE. NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO, EMBALAGEM PRIMÁRIA EM	R\$ 6,19	25	R\$ 154,75

	PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO DE 75G, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. REF: PIRAQUÊ.			
11	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR HORTELÃ. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 9,06	4	R\$ 36,24
12	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR CAMOMILA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 11,36	4	R\$ 45,44
13	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR CAPIM CIDREIRA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 11,46	4	R\$ 45,84
14	CHÁ EM CAIXA COM 15 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR ERVA DOCE. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER	R\$ 11,51	4	R\$ 46,04
15	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR HIBISCO. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS	R\$ 15,93	4	R\$ 63,72
16	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR FRUTAS VERMELHAS. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS	R\$ 14,62	4	R\$ 58,48
17	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR MAÇÃ COM CANELA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS.	R\$ 13,96	4	R\$ 55,84
18	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR MORANGO. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO	R\$ 17,55	4	R\$ 70,20

	RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS.			
19	CHÁ EM CAIXA COM 10 SACHÊS PARA PORÇÃO DE 200 ML (1 XÍCARA DE CHÁ). SABOR MORANGO E MANGA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: MATE LEÃO, CHINEZINHO, DR. OETKER, TWININGS.	R\$ 20,51	4	R\$ 82,04
20	TORRADA TRADICIONAL. CONSISTÊNCIA CROCANTE, EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 142G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. REF: BAUDUCCO	R\$ 6,69	5	R\$ 33,45
21	ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO: SEM GÁS, MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO, TIPO EMBALAGEM: DESCARTÁVEL DE 1,5 LITROS. REF: MINALBA OU SIMILAR.	R\$ 5,01	100	R\$ 501,00
22	ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO: SEM GÁS. EMBALAGEM: PLÁSTICO, TIPO DE EMBALAGEM: DESCARTÁVEL DE 500ML. REF: MINALBA OU SIMILAR.	R\$ 4,66	100	R\$ 466,00
23	ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO: COM GÁS. EMBALAGEM: PLÁSTICO, TIPO DE EMBALAGEM: DESCARTÁVEL DE 500ML. REF: MINALBA OU SIMILAR.	R\$ 4,14	50	R\$ 207,00
24	SUCO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, SABOR: UVA, TIPO: INTEGRAL, CARACTERÍSTICAS: CONCENTRADO E SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO. GARRAFA: 1,5L (CATMAT 442810). REF: SALTON INTEGRAL	R\$ 31,55	10	R\$ 315,50
25	CHOCOLATE EM PÓ - 70% CACAU. APRESENTAÇÃO: PÓ, MENOS AÇÚCAR ADICIONADO. PACOTE COM 500G. REF: SICA O, BHERING, GAROTO	R\$ 42,79	2	R\$ 85,58
26	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, COM ACIDEZ DE 0,8%: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NTA 50, INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA 01/2012 E RESOLUÇÃO CD/FNDE N° 26 DE 17/06/13. PRODUTO EXTRAÍDO DO FRUTO DA OLIVEIRA (OLEA EUROPAEA L.) UNICAMENTE POR PROCESSOS MECÂNICOS OU OUTROS MEIOS FÍSICOS, SOB CONTROLE DE TEMPERATURA ADEQUADA, MANTENDO-SE A NATUREZA ORIGINAL DO PRODUTO, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 0,8 %. CARACTERÍSTICAS: ASPECTO, CHEIRO,	R\$ 47,21	2	R\$ 94,42

	SABOR E COR PECULIARES, ISENTO DE RANÇO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: FRASCO DE VIDRO COM BICO DOSADOR, PESANDO 500 ML.			
27	SAL: REFINADO; IODADO; COM NO MÍNIMO 96,95% DE CLORETO DE SÓDIO E SAIS DE IODO; ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO, RESISTENTE E VEDADO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RES. RDC N 28, DE 28/03/00), RES. RDC 130/03 E SUAS ALTERAÇÕES; EMBALAGEM DE 1 KG	R\$ 4,83	2	R\$ 9,66
28	REFRIGERANTES ORIGINAIS. DIVERSOS SABORES. 1,5L	R\$ 9,57	10	R\$ 95,70
29	REFRIGERANTES ZERO AÇÚCAR. DIVERSOS SABORES. 1,5L	R\$ 8,91	10	R\$ 89,10
30	CHÁ ZERO AÇÚCAR. DIVERSOS SABORES PET 1,5 L. REF: LIPTON, MATE LEÃO	R\$ 9,24	10	R\$ 92,40
31	LEITE LONGA VIDA - TIPO: A, TEOR DE GORDURA: INTEGRAL, PROCESSAMENTO: UHT, RECIPIENTE HERMÉTICO EM TIPO TETRA PAK COM 1 LITRO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 100 DIAS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	R\$ 6,96	3	R\$ 20,88
32	LEITE LONGA VIDA - TIPO: A, TEOR DE GORDURA: SEMIDESNATADO. PROCESSAMENTO: UHT SEMIDESNATADO, RECIPIENTE HERMÉTICO EM TIPO TETRA PAK COM 1 LITRO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 100 DIAS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	R\$ 7,44	10	R\$ 74,40
33	ÁGUA DE COCO NATURAL, PRONTA PARA CONSUMO, ENVASADA, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, CORANTES, AÇÚCARES OU QUALQUER OUTRO ADITIVO. PRODUTO ESTERILIZADO OU PASTEURIZADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ASSÉPTICA DE MATERIAL ATÓXICO E INVOLÁVEL, COM CAPACIDADE DE 500ML. DEVE APRESENTAR SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS, SEM SINAIS DE FERMENTAÇÃO, DETERIORAÇÃO OU ALTERAÇÃO SENSORIAL. EMBALAGEM COM RÓTULO CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E NÚMERO DO REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE (MAPA/ANVISA). VALIDADE MÍNIMA EXIGIDA NO ATO DA ENTREGA: 90 (NOVENTA) DIAS. DEVE POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA	R\$ 13,04	10	R\$ 130,40

AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), QUANDO APLICÁVEL.REF: COCO LEGAL, CAMPO LARGO.		
VALOR TOTAL DO GRUPO		R\$ 5.722,48

5. JUSTIFICATIVA

- 5.1. A contratação é necessária para assegurar o atendimento adequado de demandas institucionais.
- 5.2. Devido as características do objeto recomenda-se a realização de Pregão Eletrônico - SRP (Sistema de Registro de Preços) para a aquisição dos itens.
- 5.3. Critério: menor preço por grupo.

6. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 6.1. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas descritas no Termo de Referência, observando os padrões de qualidade, validade, apresentação, embalagem e rotulagem exigidos pela legislação vigente e pelos órgãos de vigilância sanitária competentes.
- 6.2. A CONTRATADA deverá garantir que todos os produtos estejam devidamente identificados, com prazos de validade compatíveis com o consumo e livres de qualquer dano ou irregularidade.
- 6.3. Quando solicitado pela Administração, a CONTRATADA deverá fornecer provas/amostras dos produtos ofertados para verificação de conformidade com as especificações técnicas.
- 6.4. Os itens apresentados em desconformidade com as especificações técnicas deste documento deverão ser substituídos, sem ônus, no prazo definido pelo CRN-4.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. A contratação deverá ser por grupos, para melhorar o gerenciamento do contrato e a diluição do custo indireto.
- 7.2. Garantia contratual: não será exigida, em virtude da baixa complexidade e valor reduzido da contratação.
- 7.3. Habilitação:
- 7.3.1. Habilitação jurídica:
- 7.3.1.1. Cédula de identidade e CPF dos representantes legais;
- 7.3.1.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para os casos em que couber;
- 7.3.1.3. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 7.3.1.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 7.3.1.5. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ata de eleição de diretoria em exercício;
- 7.3.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista:
- 7.4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 7.4.1.1. A prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) em detrimento à prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) só se aplica quando a licitação permitir a participação de licitantes Pessoas Físicas.
- 7.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.4.3. Certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.4.3.1. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos municipais ou estaduais, relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal/Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.4.4. Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e ao Ato CGJT nº 1, de 21 de janeiro de 2022;
- 7.4.5. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 7.3.6. Declaração de que atende as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4.6. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5. Qualificação técnica:

7.5.1. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por entidade pública ou privada, que comprove prestação de serviço similar ao objeto deste documento.

7.5.2. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.5.3. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas.

7.6. Qualificação econômico-financeira:

7.6.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

7.6.1.1. É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.

7.6.1.2. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste certame, o Balanço Patrimonial e a DRE poderão ser atualizados por índices oficiais.

7.6.1.3. Os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.6.1.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.6.1.5. O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e as demais demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.7. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Assinado o contrato, deverá ocorrer reunião de alinhamento, entre o fiscal designado pela Administração e o preposto da empresa.

8.2. O fornecimento deverá ser realizado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do envio de ordem de compras.

8.3. Não haverá quantitativos mínimos por pedido. Nos casos em que os produtos registrados não estiverem disponíveis, deverá ser apresentada justificativa formal da contratada, apresentado produto substituto, de qualidade similar ou superior, que deverá ser aprovado pelo fiscal do contrato.

8.4. As entregas serão feitas nas sedes do CRN-4 do Rio de Janeiro e na Delegacia do Espírito Santo.

8.5. O recebimento provisório ocorrerá na entrega dos itens, em que haverá a conferência dos itens entregues com os requeridos, via ordem de compras.

8.5.1. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos ocorrerá o recebimento definitivo dos materiais, em que será verificada a integridade das embalagens, os prazos de validade, e outros critérios. Realizada esta conferência, será autorizada a emissão da nota fiscal.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A fiscalização e a gestão do contrato serão exercidas por servidor designado pela Diretoria do CRN-4, mediante Portaria própria, com os devidos registros em sistema informatizado.

10. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão realizados através de boleto bancário ou depósito em conta corrente até 20 (vinte) dias corridos após a o recebimento definitivo dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

10.1.1. Constatada qualquer divergência ou irregularidade na documentação, esta será devolvida à CONTRATADA para as devidas providências;

10.1.2. As notas fiscais deverão ser emitidas conforme as determinações da Lei Federal 9.340/1996 e da IN da SRF 1234/2012.

10.2. Junto as notas fiscais, deverá ser apresentado:

10.2.1. Certidão emitida pelo MTE, conforme previsto na Portaria 547/2025;

10.2.2. Certidão de regularidade com a fazenda federal, estadual e municipal;

10.2.3. Certidão de regularidade com o FGTS;

10.2.4. Certidão de regularidade com a justiça do trabalho.

10.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido, até a efetiva apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade.

11. DA REPACTUAÇÃO DE VALORES

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um (1) ano, aplicando-se o índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. O índice de reajuste deverá constar em contrato firmado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. A repactuação dependerá de solicitação formal do CONTRATADO, com apresentação de memória de cálculo.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12. DOS VALORES ESTIMADOS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. O valor estimado para a contratação, conforme planilha orçamentária elaborada neste TR é de R\$ 35.739,97 (trinta e cinco mil setecentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), assim distribuídos:

a) R\$ 30.017,49 (trinta mil e dezessete reais e quarenta e nove centavos), para o grupo 1.

b) R\$ 5.722,48 (cinco mil setecentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos), para o grupo 2.

12.2. Há previsão orçamentária para a despesa, conforme PAC 2025 do CRN-4.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Receber, conferir e atestar os produtos;

13.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal;

13.3. Comunicar eventuais irregularidades;

13.4. Sustar qualquer fornecimento que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida for necessária;

13.5. Aplicar as penalidades previstas, na hipótese da contratada não cumprir o compromisso assumido, mantidas as situações normais, arcando a empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao CRN-4;

13.6. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Entregar os produtos conforme especificação, prazos e locais definidos.

14.2. Entregar os materiais registrados embalados adequadamente, nas quantidades especificadas, até 10 (dez) dias corridos, após a requisição do CRN-4;

14.3. Substituir, sem ônus, os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção ou fabricação ou que apresentar adulteração da qualidade ou sofrer eventual alteração de suas características, quando não corresponderem às especificações do item, dentro dos prazos de validade, quando for o caso, desde que não seja causada por inconveniência na estocagem, caso fortuito, negligência, ou por terceiros.

14.3.1. As substituições serão feitas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação do CRN-4, sujeitando-se, na inobservância, às penalidades previstas neste documento;

14.4. Cumprir fielmente as condições constantes neste documento;

14.5. Manter as condições de habilitação previstas neste documento durante a vigência contratual.

15. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

15.1. Após a Homologação do certame, os vencedores terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação que lhe será remetida pelo CRN-4, por meio eletrônico, para apresentar amostras de cada item para o qual foi vencedora, para dirimir dúvidas quanto ao atendimento das especificações e da qualidade.

15.1.1. Os itens apresentados fora de suas embalagens originais de comercialização deverão conter a descrição de suas especificações técnicas, seja através de folder ou documento anexo assinado pelo responsável legal da licitante.

15.2. Os itens apresentados que, porventura tenham suas amostras rejeitadas, deverão ser substituídos pelo licitante dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

15.2.1. Caso a Licitante não apresente itens em substituição aos não aprovados, decairá o direito adquirido com a homologação, sendo convocado o cadastro de reservas ou, em caso de inexistência deste, os licitantes remanescentes, conforme disposição do Artigo nº 18 do Decreto 11.462/2023 e do Artigo nº 89, § 2º da Lei 14.133/21.

15.3. As amostras solicitadas para o grupo deverão ser entregues para análise na sede do Rio de Janeiro, localizada na Av. Rio Branco nº 173, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

15.4. As amostras serão analisadas conforme os critérios abaixo:

15.4.1. Compatibilidade entre as especificações das embalagens e as contidas neste documento;

15.4.2. Selos de conformidade emitido pelos órgãos de inspeção (INMETRO, ANVISA);

15.4.3. Acondicionamento e validade dos itens.

15.4.4. Rotulagem que permita a correta identificação das características dos itens apresentados.

15.5. Após a aprovação das amostras, o(s) licitante(s) vencedor(es) terão até 05 dias úteis, a contar da notificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e o contrato de fornecimento, através do sistema eletrônico do CRN-4.

15.6. O prazo fixado no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que:

15.6.1. Seja solicitado pela interessada, antes do vencimento do primeiro prazo;

15.6.2. Ocorra motivo justificado aceito pelo CRN-4.

15.7. Decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento, o licitante vencedor que descumprir o estatuído nos itens anteriores deste documento, sujeitando-se, ainda, à multa de 5% (cinco por cento) do valor do objeto.

15.8. Na ocorrência do disposto no item 15.7., é facultado ao CRN-4:

15.8.1. Convocar o cadastro de reservas;

15.8.2. Convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação;

15.8.3. Revogar a licitação

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Será permitida a subcontratação dos serviços de entrega, ficando a CONTRATADA responsável pela integral execução dos serviços da subcontratada.

16.2. Deverá a subcontratada atender na integralidade, os critérios de habilitação previstos neste documento.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O LICITANTE ou o CONTRATADO será responsabilizado administrativamente pelas infrações abaixo relacionadas:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Conforme previsão do art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste documento as sanções abaixo relacionadas, ressaltando que a aplicação destas serão precedidas do devido processo legal, garantidos a ampla defesa e o contraditório:

I - Advertência;

II - Multas;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3. A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 17.1. deste documento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.4. A sanção prevista no inciso II será calculada conforme a seguinte gradação:

17.4.1. 5%, do valor da fatura, para atrasos até 03 (três dias);

17.4.2. 10%, do valor da fatura, para atrasos entre 4 e 7 dias úteis;

17.4.3. 15%, do valor da fatura, para atrasos entre 8 e 12 dias úteis;

17.4.4. 20%, do valor da fatura, para atrasos entre 13 e 15 dias úteis;

17.4.5. 25%, do valor da fatura, para atrasos entre 16 e 21 dias úteis;

17.4.6. 30%, do valor da fatura, para atrasos superiores a 21 dias úteis;

17.5. A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com o CRN-4, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.6. A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 17.2.3. deste documento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.7. A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

17.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

17.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.10. A aplicação das sanções previstas no item 17.2. deste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais empregados estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o CONTRATADO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.13. Nos casos em que não houver disponibilidade de empregados públicos em número suficiente para a formação da Comissão, esta poderá ser formada por empregados comissionados.

17.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

17.15. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

17.16.1. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização;

17.16.2. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; 17.16.3. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

17.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

17.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.19. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

17.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

17.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

17.22. É admitida a reabilitação do LICITANTE ou CONTRATADO perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

17.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17.24. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.25. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão das circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente DA CONTRATANTE, e desde que formuladas até a data do vencimento estipulada para o cumprimento da obrigação.

17.26. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

17.27. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

17.28. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao CRN-4, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.29. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1. Constituem motivos para a extinção do contrato:

18.1.1. Não cumprimento de cláusulas, especificações ou prazos;

18.1.2. Cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos;

18.1.3. Lentidão no cumprimento do contrato, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da prestação do serviço no prazo estipulado;

18.1.4. Atraso injustificado no início da prestação dos serviços;

18.1.5. Paralisação dos serviços, sem justa causa ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

18.1.6. A subcontratação total ou parcial do objeto, associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação do CONTRATADO que afetem a boa execução do contrato, sem prévio conhecimento e autorização da CONTRATANTE;

18.1.7. Desatendimento das determinações regulares da Fiscalização, assim como a de seus superiores;

18.1.8. Cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante do CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização deste contrato;

18.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere

este contrato;

18.1.10. Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

18.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

18.1.12. Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.

18.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

18.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CRN-4.

18.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, formalizado a intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, desde que haja conveniência para a detentora;

18.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente.

18.3. A rescisão do contrato obedecerá ao que preceitua a Lei 14.133/21.

19. OUTRAS CONDIÇÕES

19.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme a legislação aplicável e diretrizes da Diretoria do CRN-4.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026.

MARGARETH BARROS
Assessora da Diretoria II

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/20XX

OBJETO: XXXXXXXXX

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ Nº:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

TELEFONE:

E-MAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Descrição conforme TR		Quantidade licitada	Unidade de medida	R\$	R\$
02						
VALOR TOTAL						R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (valor por extenso).

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (quantidade por extenso) dias, contados da data da sua apresentação.

*Prazo de validade mínimo de: 60 (sessenta) dias.

1. Declaramos que:

1.1. Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/na prestação dos serviços.

1.2. Os serviços ofertados atenderão a todas as exigências do Edital respectivo, em especial as do Termo de Referência Anexo I.

Cidade, __ de _____ de ____.

Nome e assinatura do responsável legal pela empresa

RG e CPF do responsável

Cargo do responsável

(Se for procurar, deverá comprovar mediante procuração)

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXXXXXXX

Processo nº XXXXXXXX

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS QUE CELEBRAM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 4ª REGIÃO E A EMPRESA_____.

O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 4ª REGIÃO – CRN4, Autarquia Federal instituída pela Lei nº 6.583/78 e Decreto nº 84.444/80, inscrita no CNPJ nº 30.892.350/0001-70 com sede na Avenida Rio Branco, nº 173, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por seu(ua) Presidente, Senhor(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, e de seu(ua) Conselheiro(a) Tesoureiro(a), Senhor(a) _____, portador(a) do CPF sob o número _____, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida à _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, portador(a) do CPF nº _____, resolvem celebrar o presente Contrato, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS NORMAS DE REGÊNCIA E DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato rege-se pela Lei nº 14.133/2021.

1.2. O presente contrato fundamenta-se:

I - Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:

a) Constem no Processo Administrativo CRN-4 nº XXXXXXXXXXXXXXXX;

b) Constem no Edital do Pregão CRN-4 nº 00X/2026;

c) Não contrariem o interesse público.

II - Nos preceitos do direito público.

III - Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Fornecimento fracionado de gêneros alimentícios de forma a atender as normas legais que regem a matéria, no Conselho Regional de Nutrição 4ª Região –CRN4, contidas no Edital e seus anexos,

especialmente do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

3.1. A Contratada compromete-se a zelar pela manutenção do sigilo de todos os documentos, e informações e dados pessoais de pessoas físicas (inclusive dados pessoais sensíveis) recebidos do CRN-4, bem como de seu conteúdo, vedada a divulgação dos mesmos a terceiros, fazendo com que seus sócios, empresas filiadas, administradores, prepostos, empregados e/ou quaisquer outras pessoas sob sua responsabilidade (direta ou indireta) mantenham também o mesmo sigilo, salvo quando expressamente autorizada por este Conselho.

3.2. Serão tratados confidencialmente todas as informações e documentos recebidos do CRN-4 pelo Contratado. Neste sentido, quaisquer contatos, divulgação de informações sobre o seu conteúdo a terceiros, será objeto de multa a ser paga pelo contratado ao CRN4 em valor equivalente a 10 (dez) vezes o valor pago pela Autarquia para a prestação dos serviços, objeto deste contrato.

3.3. A Contratada declara que, na execução do presente contrato, tem acesso e trata dados pessoais de pessoas físicas, o que pode incluir “dados pessoais sensíveis”. Logo, além disso, reconhece expressamente que, quanto ao tratamento desses dados, toma decisões essenciais e próprias para essa finalidade quanto ao tratamento desses dados.

3.4. A Contratada se compromete a executar o objeto do presente contrato de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) e declara que adota meios técnicos e administrativos suficientes a proteger os dados pessoais a que venha a ter acesso no decorrer da execução do presente contrato, garantindo que estes não sejam registrados, divulgados, processados, excluídos, perdidos, danificados, alterados, utilizados ou adulterados de maneira não autorizada, acidental ou ilegal.

3.5. A Contratada não poderá utilizar os dados pessoais, especialmente os dados pessoais sensíveis a que venha a ter acesso, para fins distintos do objeto do presente contrato, bem como não os poderá transmitir a terceiros, exceto se autorizado expressamente pelo titular dos dados ou nos casos em que assim lhe for imposto pela legislação e/ou para fins de cumprimento de ordem judicial, independentemente do dever de sigilo do item 3.1., acima.

3.6. Após o término da vigência deste contrato, a Contratada deverá, a critério do CRN-4, eliminar de seus registros todos os dados pessoais a que venha a ter acesso, devendo evidenciar a referida eliminação, exceto

se autorizado expressamente pelo titular dos dados ou nos casos em que assim lhe for imposto pela legislação e/ou para fins de cumprimento de ordem judicial.

3.7. Sem prejuízo da comunicação ao órgão ou entidade competente, a Contratada notificará imediatamente o CRN-4, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, nos casos de:

(i) identificação ou suspeita de qualquer incidente de dados (eventos de acesso ou divulgação não autorizada de dados pessoais e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados pessoais);

(ii) qualquer reclamação relacionada ao tratamento de dados pessoais, incluindo alegações de que o tratamento viola os direitos de um titular de dados de acordo com a lei aplicável; ou

(iii) qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa, que tenha por objetivo solicitar a divulgação ou bloqueio de dados pessoais.

3.8. A Contratada se obriga a indenizar, defender e manter imune o CRN-4 e seus dirigentes contra quaisquer perdas e danos, prejuízos, custos, honorários advocatícios (e de outros especialistas, incluindo peritos), depósitos judiciais, penalidades e multas, inclusive no contexto de eventuais reclamações, demandas e

processos administrativos, judiciais ou arbitrais movido pelos titulares de Dados Pessoais, por autoridades governamentais ou por quaisquer terceiros que resultarem, direta ou indiretamente, de:

(i) qualquer falsidade, omissão, erro, incompletude, violação ou inexactidão nas declarações e garantias prestadas pela Contratada neste contrato com relação aos Dados Pessoais

(ii) inadimplemento de qualquer obrigação com relação ao tratamento de Dados Pessoais prevista neste contrato e/ou

(iii) qualquer ação ou omissão dolosa, culposa ou de má-fé da que descumpra a Lei aplicável à proteção dos Dados Pessoais inclusive e principalmente no caso de vazamento de dados por qualquer motivo.

3.9 Qualquer violação das obrigações, declarações e garantias estipuladas neste contrato será considerada uma violação grave de modo que o CRN-4 poderá, a depender da gravidade e a seu exclusivo critério:

i) aplicar as penalidades previstas na cláusula décima primeira, abaixo,

ii) suspender/paralisar/interditar atividades com justa causa até satisfatória regularização, inclusive, nesta hipótese, com retenção de pagamentos e independentemente do cumprimento do cronograma das atividades em execução ou,

iii) rescindir o contrato na forma da cláusula décima segunda, abaixo.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do Contrato é 12 (doze) meses, contados entre __/__/____ e __/__/____, podendo este prazo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Para a execução do objeto deste contrato, conforme consta na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a quantia máxima de R\$ _____ (valor por extenso), conforme tabela abaixo:

GRUPO XX						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Descrição conforme TR		Quantidade licitada	Unidade de medida	R\$	R\$
02						
VALOR TOTAL						R\$

5.2. Os pagamentos serão realizados através de boleto bancário ou depósito em conta corrente até 20 (vinte) dias corridos após a o recebimento definitivo dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

5.2.1. Constatada qualquer divergência ou irregularidade na documentação, esta será devolvida à CONTRATADA para as devidas providências;

5.2.2. As notas fiscais deverão ser emitidas conforme as determinações da Lei Federal 9.340/1996 e da IN da SRF 1234/2012.

5.3. Junto as notas fiscais, deverá ser apresentado:

5.3.1. Certidão emitida pelo MTE, conforme previsto na Portaria 547/2025;

5.3.2. Certidão de regularidade com a fazenda federal, estadual e municipal;

5.3.3. Certidão de regularidade com o FGTS;

5.3.4. Certidão de regularidade com a justiça do trabalho.

5.4. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido, até a efetiva apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade.

CLÁSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um (1) ano, aplicando-se o índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. A repactuação dependerá de solicitação formal do CONTRATADO, com apresentação de memória de cálculo.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença

correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Assinado o contrato, haverá reunião de alinhamento, entre o fiscal designado pela Administração e o preposto da empresa.

7.2. O fornecimento deverá ser realizado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do envio de ordem de compras.

7.3. Não haverá quantitativos mínimos por pedido. Nos casos em que os produtos registrados não estiverem disponíveis, deverá ser apresentada justificativa formal da contratada, apresentado produto substituto, de qualidade similar ou superior, que deverá ser aprovado pelo fiscal do contrato.

7.4. As entregas serão feitas nas sedes do CRN-4 do Rio de Janeiro e Delegacia Espírito Santo.

7.5. O recebimento provisório ocorrerá na entrega dos itens, em que haverá a conferência da acurácia entre os itens entregues e os requeridos, via ordem de compras.

7.5.1. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos ocorrerá o recebimento definitivo dos materiais, em que será verificada a integridade das embalagens, os prazos de validade, e outros critérios. Realizada esta conferência, será autorizada a emissão da nota fiscal.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização e a gestão do contrato serão exercidas por servidor designado pela Diretoria do CRN-4,

mediante Portaria própria, com os devidos registros em sistema informatizado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Receber, conferir e atestar os produtos;

9.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal;

9.3. Comunicar eventuais irregularidades;

9.4. Sustar qualquer fornecimento que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida for necessária;

9.5. Aplicar as penalidades previstas, na hipótese de a contratada não cumprir o compromisso assumido, mantidas as situações normais, arcando a empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao CRN-4;

9.6. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Entregar os produtos conforme especificação, prazos e locais definidos.

10.2. Entregar os materiais registrados embalados adequadamente, nas quantidades especificadas, até 10 (dez) dias corridos, após a requisição do CRN-4;

10.3. Substituir, sem ônus, os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção ou fabricação ou que apresentar adulteração da qualidade ou sofrer eventual alteração de suas características, quando não

corresponderem às especificações do item, dentro dos prazos de validade, quando for o caso, desde que não seja causada por inconveniência na estocagem, caso fortuito, negligência, ou por terceiros.

10.3.1. As substituições serão feitas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação do CRN-4, sujeitando-se, na inobservância, às penalidades previstas neste documento;

10.4. Cumprir fielmente as condições constantes neste documento;

10.5. Manter as condições de habilitação previstas neste documento durante a vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações abaixo relacionadas:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Conforme previsão do art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste documento as sanções abaixo relacionadas, ressaltando que a aplicação destas

serão precedidas do devido processo legal, garantidos a ampla defesa e o contraditório:

I - Advertência;

II - Multas;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 11.1. deste documento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.4. A sanção prevista no inciso II será calculada conforme a seguinte gradação:

11.4.1. 5%, do valor da fatura, para atrasos até 03 (três dias);

11.4.2. 10%, do valor da fatura, para atrasos entre 4 e 7 dias úteis;

11.4.3. 15%, do valor da fatura, para atrasos entre 8 e 12 dias úteis;

11.4.4. 20%, do valor da fatura, para atrasos entre 13 e 15 dias úteis;

11.4.5. 25%, do valor da fatura, para atrasos entre 16 e 21 dias úteis;

11.4.6. 30%, do valor da fatura, para atrasos superiores a 21 dias úteis;

11.5. A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com o CRN-4, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.6. A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 11.2.3. deste documento, e impedirá o

responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.7. A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

11.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

11.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.10. A aplicação das sanções previstas no item 11.2. deste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais empregados estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.13. Nos casos em que não houver disponibilidade de empregados públicos em número suficiente para a formação da Comissão, esta poderá ser formada por empregados comissionados.

11.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.15. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

11.16.1. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização;

11.16.2. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

11.16.3. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º

de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.19. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de

Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

11.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

11.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

11.22. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V- Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.24. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.25. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão das circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente DA CONTRATANTE, e desde que formuladas até a data do vencimento estipulada para o cumprimento da obrigação.

11.26. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da

responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.27. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

11.28. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao CRN-4, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.29. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. Constituem motivos para extinção do contrato:

12.1.1. Não cumprimento de cláusulas, especificações ou prazos;

12.1.2. Cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos;

12.1.3. Lentidão no cumprimento do contrato, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da prestação do serviço no prazo estipulado;

12.1.4. Atraso injustificado no início da prestação dos serviços;

12.1.5. Paralisação dos serviços, sem justa causa ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

12.1.6. A subcontratação total ou parcial do objeto, associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação do CONTRATADO que afetem a boa execução do contrato, sem prévio conhecimento e autorização da CONTRATANTE;

12.1.7. Desatendimento das determinações regulares da Fiscalização, assim como a de seus superiores;

12.1.8. Comento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante do CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização deste contrato;

12.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;

12.1.10. Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras

previstas, assegurado a CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

12.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CONTRATADO, nesses

casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

12.1.12. Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.

12.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

12.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CRN-4.

12.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, formalizado a intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, desde que haja conveniência para a detentora;

12.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente.

12.3. A rescisão do contrato obedecerá ao que preceitua a Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do orçamento próprio em Elementos de Despesas nº 6.2.2.1.1.01.04.03.001.015 – Gêneros de Alimentação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial da União, às expensas do CONTRATANTE.

14.2. A eficácia do contrato fica condicionada à divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), nos prazos previstos no art. 94 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:

16.1. Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo artigo 124, da Lei nº. 14.133/21, sempre através de Termo Aditivo, numerados em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, no Rio de Janeiro - RJ, como competente para dirimir quaisquer

dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2. E assim, por estarem de acordo ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, conforme dispõe o artigo 92 da Lei nº. 14.133/21.

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/20XX

DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO DE MENORES

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____
DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021 e do disposto no inciso XXXIII

do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, ____ de _____ de 202__.

(Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º [XX/20XX](#)

DECLARAÇÃO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____
DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico N.º [XX/20XX](#), que tomou conhecimento de todas

as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme disposto no inciso VI do art. 67 da Lei nº 14.133/21.

_____, ____ de _____ de 202__.

(Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º XX/20XX

DECLARAÇÃO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____
DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico N.º XX/20XX, que atende as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/21.

_____, ____ de _____ de 202__.

(Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE

HABILITAÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º XX/20XX

DECLARAÇÃO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____
DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico N.º XX/20XX, que atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas, conforme disposto no inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/21.

_____, ____ de _____ de 202__.

(Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE O ART. 63, § 1º DA LEI
14.133/2021**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º XX/20XX

DECLARAÇÃO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, órgão emissor _____ e do CPF nº _____
DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico N.º XX/20XX, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

_____, ____ de _____ de 202__.

(Local) (Data)

(Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal)

ANEXO IX – MODELO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº xxxxxxxx

Vinculada o Pregão Eletrônico nº 0XX/20XX

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, na sede do Conselho Regional de Nutrição 4ª Região (CRN-4), na Av. Rio Branco, 173 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, de um lado o Conselho Regional de Nutrição 4ª Região (CRN-4), neste ato por sua Presidente, _____, portadora do CPF nº _____, e de sua conselheira tesoureira, _____, portadora do CPF nº _____

_____, doravante denominada Órgão Gerenciador, e do outro a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, neste ato representada por _____, portadora do CPF nº _____, vencedora da licitação em epígrafe, denominada Detentora, resolvem registrar os preços do grupo __ do Pregão Eletrônico nº 0XX/20XX.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. XX/20XX e seus Anexos, Processo nº. _____, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

1.ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

1.1. A presente ARP é integrada apenas pelo Órgão Gerenciador.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente ARP estabelece as cláusulas para o fornecimento fracionado de _____ para o CRN-4.

2.2. Grupo Homologado:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA REGISTRADA	VALOR UNITÁRIO	QUATIDADE	VALOR TOTAL DO ITEM

2.3. Valor total da ARP:

2.4. As despesas resultantes da execução desta Ata de Registro de Preços serão atendidas através da seguinte Dotação Orçamentária XXXXXXXXXX - XXXXXXXXXX.

3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. As condições de execução da Ata de Registro de Preços estão dispostas no item XX do Termo de Referência do Pregão XXX/XXXX.

4. DO REAJUSTE

4.1. Os preços permanecerão fixos e irreeajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo o disposto no Art. 25 do Decreto 11.462/2023.

5. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

5.1. O acompanhamento e a fiscalização da Ata consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento desta, devendo ser exercido por colaborador formalmente designado pela Administração.

5.2. A Detentora deverá manter preposto, aceito pelo CRN-4, durante o período de vigência da Ata, para representá-la administrativamente sempre que necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração

em que deverá constar o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a partir de __/__/____ até __/__/____.

6.1.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, cabendo a renovação desta, com base no Art. 15, IX, do Decreto nº 11.462/2023.

6.1.2. Nos casos de prorrogação do prazo de vigência da ata, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e as juntará ao respectivo processo.

7. DA ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, somente poderá ser utilizada por órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e expressa autorização do CRN-4, nos termos do artigo 31º, do Decreto 11.462/2023.

8. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8.1. A Lei Federal 14.133/21 e o Decreto 11.462/2023 regerão as hipóteses não previstas nesta Ata de Registro de Preços.

8.2. No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas da presente Ata, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

9. DO CADASTRO DE RESERVAS

9.1. Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no

certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, inc. VII, e § 5º, inc. VI, da Lei 14.133/2021.

9.2. A formação de CADASTRO RESERVA registra o licitante, conforme disposto no Art. 18 do Decreto 11.462/2023.

9.3. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

9.4. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

9.5. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

10.1. Em conformidade com o Decreto 11.462/2023, o registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto 11.462/2023;

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.2.1. Por razão de interesse público;

10.2.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.2.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 Decreto 11.462/2023.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O Gestor da presente Ata de Registro de Preços será designado pela Administração.

11.2. A Detentora deverá manter durante toda a execução da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12. DO FORO

12.1. O foro para solução dos conflitos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços é o da Justiça

ANEXO A DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES

FORNECEDOR	CNPJ	GRUPO	ART. 18. II, LETRA “A” DO DECRETO 11.462/2023	ART. 18. II, LETRA “B” DO DECRETO 11.462/2023



Documento assinado eletronicamente por **José Renato Felix, Coordenador(a) da Comissão de Licitação**, em 27/02/2026, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2328611** e o código CRC **31710922**.